

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

Henrique de Freitas Chimenes Gil¹

Resumo

A Amazônia representou para o pensamento geopolítico realizado dentro das Forças Armadas, um signo de preocupação e inquietação. Neste sentido, convém retomarmos a Geopolítica efetuada na caserna, e em que sentido ela se fez presente, nos projetos empreendidos pelo Estado brasileiro, especialmente durante o Regime Militar (1964-1985). Retomaremos os principais representantes desta “escola” de pensamento, dando ênfase a Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos e Carlos de Meira Mattos, e como suas concepções referentes a Amazônia foram absorvidas em sucessivos empreendimentos naquela área. Por fim veremos, como as consequências desta Geopolítica se fizeram sentir no relacionamento com os povos tradicionais que habitam a floresta, que se tornaram cada vez mais difíceis, com os grandes projetos empreendidos pelos militares, a partir dos anos 1970, mas que se perpetua até a atualidade.

Palavras-chave: Geopolítica da Amazônia, Pensamento Militar Brasileiro, Grandes Empreendimentos.

Abstract

For the geopolitical thought carried out within the Armed Forces, the Amazon represented a sign of concern and unease. In this sense, it is convenient to resume the Geopolitics carried out in the barracks, and in what sense it was present, in the projects undertaken by the Brazilian State, especially during the Military Regime (1964-1985). We will resume the main representatives of this “school” of thought, emphasizing Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos and Carlos de Meira Mattos, and how their conceptions regarding the Amazon were absorbed in successive ventures in that area. Finally, we will see how the consequences of this Geopolitics were felt in the relationship with the traditional people who inhabit the forest, which have become increasingly difficult, with the great projects undertaken by the military, since the 1970s, but which is perpetuated until the present.

Key-words: Amazon Geopolitics, Brazilian Military Thought, Large Enterprises.

Introdução

O presente artigo pretende demonstrar, como os empreendimentos realizados na região amazônica protagonizaram uma injustiça ambiental para as populações tradicionais que habitam esta grande porção do território brasileiro e sul-americano, desde índios, quilombolas, comunidades tradicionais, dentre outros. Elas sofreram e ainda sofrem com um modelo de desenvolvimento hegemônico que não as consideram como

¹ Mestrando (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – PPGH-USP) – email: henrique.gil@usp.br

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

atores importantes, situação que deu margem para uma série de arbitrariedades que prejudicaram seus modos de vida, como por exemplo, o incremento do desmatamento, poluição das águas, contaminação do subsolo, decorrente destas atividades.

Esta série de projetos, estão intimamente ligados com a ideia de integração amazônica ao restante do território nacional, algo incutido nos governos brasileiros desde 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, e a consideração da Amazônia, como um “vazio demográfico”. Tal visão esteve presente no pensamento geopolítico vinculado às Forças Armadas, do qual os principais nomes são, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

Desta forma, ele mostrará os principais pontos encontrados nestes três autores, com relação a Amazônia, observando que suas concepções a respeito desta área foram implementadas, especialmente no período em que os militares governaram o Brasil, entre 1964 e 1985, e como este pensamento se mantém até a atualidade, principalmente com os acontecimentos do atual presidente, em que registrou-se um incremento das queimadas nesta porção do território brasileiro. Posteriormente, falaremos dos Projetos de Integração da Amazônia realizados pelos cinco generais presidentes, e como eles remontam as ideias contidas neste três autores. No final, exporemos de que modo esses projetos incrementaram a injustiça ambiental para as populações tradicionais que vivem na Amazônia. Por último, teceremos as considerações finais, expondo que este modelo de desenvolvimento hegemônico, se mantém até a atualidade e é responsável pela destruição deste ecossistema, imprescindível para a manutenção da vida no Planeta Terra.

Uma breve biografia de Golbery do Couto e Silva

Em seu início, faremos uma breve digressão, ainda que de forma breve, sobre a biografia de Golbery do Couto e Silva. Pensador brasileiro, teve importância nos acontecimentos que sucederam entre os anos 1950 e 1980, período de grande efervescência política nacional e também de transformações profundas no território, especificamente na Amazônia. Figura importante na sustentação dos militares no poder, era respeitado e temido, tanto por adversários, quanto por aliados, devido a sua visão estratégica e também a capacidade de articulação política que detinha. Criador do Serviço

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

Nacional de Informações em 1964, logo após a deposição de João Goulart do poder, órgão de repressão e espionagem do Regime, foi Chefe da Casa Civil, durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985), ajudando a deflagrar a abertura “lenta, gradual e segura”.

Em termos de Geografia Política e Geopolítica, teve papel de destaque na Escola Superior de Guerra (ESG), onde ajudou a implementar a tese da Doutrina de Segurança Nacional, sustentáculo dos Militares, enquanto estiveram no comando do país, e toda uma série de projetos, principalmente na área de integração nacional, que foram levadas adiante durante os 21 anos de governos militares no Brasil. Neste sentido, o projeto pretende analisar as concepções de Golbery, no que tange a Bacia Amazônica, verificando as similaridades e diferenças observadas, para esta área estratégia para a projeção e desenvolvimento nacional, pois trata-se da maior Bacia Hidrográfica brasileira e sul-americana.

Assim, este artigo foi estruturado a partir da principal obra escrita por Golbery, *Geopolítica do Brasil*, portanto abordaremos a influência de seus escritos na Bacia Amazônica, dentro do arcabouço deste livro, analisando de forma mais atenta, o imperativo dos grandes projetos de integração da Amazônia, como a construção da Transamazônica e do Projeto Calha Norte. Posteriormente, analisaremos as ideias, não só de Golbery, mas de Mário Travassos e Carlos de Meira Mattos, nomes que formam a espinha dorsal de um pensamento geopolítico vinculado a caserna, e como suas ideias se traduziram em políticas territoriais para a Amazônia.

Os militares e a ocupação e a formulação de políticas territoriais para a Amazônia

A ocupação da Amazônia, atendeu quase sempre a impulsos exógenos, e que não levou em conta os habitantes que vivem nesta gigantesca área do território brasileiro. Autor importante da “escola” de geopolítica vinculada às Forças Armadas nos diz que

Graças à ação do governo de Lisboa, protegendo a cobiçada foz do Amazonas, expulsando os aventureiros ingleses, holandeses e franceses que se atreveram rio acima, e expandindo os marcos de ocupação lusa até as proximidades das nascentes andinas do grande rio e seus principais afluentes da margem norte, foi possível aos demarcadores da fronteira assente através do Tratado de Madri (1750) firmado no princípio do *uti possidetis* comprovar a antecipação de

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

ocupação lusa do imenso leque norte e oeste do grande rio e seus afluentes, dando nascimento ao atual delineamento da fronteira amazônica brasileira. (MATTOS, 1980, p.36).

Posteriormente, tivemos os ciclos de exploração de recursos da floresta, como as drogas do sertão, e posteriormente do látex, necessário para os novos equipamentos surgidos no século XIX, decorrentes da II Revolução Industrial. Assim

[A Geopolítica] foi o fundamento do povoamento da Amazônia, desde o tempo colonial, uma vez que, por mais que quisesse a Coroa, não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. (BECKER, 2005, p.71)

A Amazônia representou um enorme desafio para os militares no que se refere a sua ocupação. Desde os anos 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, e a publicação dos primeiros trabalhos de Geopolítica, particularmente com Mário Travassos (1891-1973), o imperativo de integração desta área representou uma verdadeira obsessão por parte do estamento militar. O imaginário destes autores era o mito de que ela representaria um “vazio demográfico”, daí a necessidade dos inúmeros projetos de integração, que muitas vezes provocaram efeitos maléficos para as populações tradicionais que lá vivem. Logo

No contexto do pensamento estratégico, inicialmente, emerge tentativa de sistematizar a administração da Amazônia, especula-se sobre ingerências de potências estrangeiras em uma gama de assuntos internos atrelados à soberania e à segurança nacional. Não estamos preocupados em encontrar a origem, mas sim percorrer algumas redes de significados institucionais que compõem o pensamento político-estratégico sobre a Amazônia. Podemos dizer que as narrativas político-militares sobre a Amazônia se compõem de categorias elaboradas ao longo do processo histórico de governo do território amazônico. Por exemplo, categorias tais como sertão, ameaça internacional, cobiça internacional, conquista, segurança nacional, integração, progresso e desenvolvimento, elaboradas ao longo da história do Brasil, disciplinam a relação entre a sociedade brasileira e a natureza amazônica, ordenando a ocupação e o modo que deveríamos organizar a existência naquele espaço (MEDEIROS, 2015, p.42).

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

Em Travassos, a Bacia Amazônica é analisada a partir da oposição com a Bacia do Prata, importante para o Brasil, com o objetivo de neutralizar a Argentina, em um contexto sul-americano. Diante desse contexto, Travassos observou o potencial centrípeto que ela teria, devido a força carreadora representada pela foz do Rio Amazonas, ou seja, “sua esfera de influência assume proporções imensas, não só pela vastidão do território que abrange, como pela variedade de circunstâncias geográficas que abarca” (TRVASSOS, 1935, p. 126). Na citação abaixo temos um bom resumo do marco que as concepções de Mário Travassos tiveram para o desenvolvimento da Geopolítica e da inserção do Brasil

É no livro *Projeção Continental do Brasil* (1938), em edição de 1931 com título *Aspectos geográficos sul-americanos*, que o general Mário Travassos sinaliza para a mudança de papel desempenhado pelo Brasil no continente sul-americano, no Atlântico Sul e no mundo, tendo o espaço e a posição como pontos fundamentais para a análise dele. Trata-se de uma análise geopolítica do território nacional, focando nas potencialidades geográficas que o território apresenta. Grosso modo, Travassos se preocupa com o controle físico-político (militar-econômico) do subcontinente americano e as potencialidades marítimas do Atlântico e do Pacífico (MEDEIROS, 2015, p.44).

A “*Marcha para Oeste*”, ganha corpo, justamente durante a Era Vargas e encontrará em Mário Travassos, um dos principais entusiastas, justamente com o imperativo de ocupação da Amazônia e um posterior incremento da projeção externa do Brasil. Assim

Por outro lado, o autor entendeu que o sistema formador do Amazonas (isto é, predominantemente afluentes correndo no Território Brasileiro), teria capacidade de reação frente ao sistema do Prata, sobretudo se conseguisse se relacionar a certas características do Território Boliviano, principalmente a ligação La Paz-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra (VIEIRA, 2005, p. 76).

Posteriormente, há a obra de Golbery do Couto e Silva (1910-1987), seguidor das ideias de Travassos, que escreve boa parte de sua obra nos anos 1950, e refina os principais pontos encontrados em Mário Travassos, no que se refere a Amazônia. A necessidade de integração nacional, se processaria através de uma manobra geopolítica, que tinha como objetivo primordial “inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O segundo o eixo do grande rio” (SILVA, 1967, p.48).

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

A desconsideração das comunidades que vivem na Amazônia é algo evidente para Golbery, já que ele considera o Brasil como uma nação democrática, cristã e ocidental. Isso explica o tratamento dado a tais pessoas, como veremos posteriormente, com os impactos ambientais dos grandes empreendimentos na região Norte, realizados durante o Regime Militar (1964-1985).

O último dos autores oriundos da caserna que trataram da Amazônia é Carlos de Meira Mattos (1913-2007), que escreveu um livro especificamente sobre este tema, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*, nos anos de 1980. O pressuposto fundamental nesta obra é o desenvolvimento desta área em parceria com os países vizinhos. Desta forma

Entende-se que esteja aí a identificação do pensamento de Meira Mattos com o presente contexto de globalização, em que a Amazônia deixa de ser vista como uma questão exclusivamente brasileira (não obstante seja o Brasil o seu principal donatário) para afigurar-se como uma questão continental, sendo sua problemática compartilhada com vários outros países da América do Sul (VIEIRA, 2006, p.130).

Logo

A geopolítica pan-amazônica de Meira Mattos visa a uma dinamização da região amazônica brasileira de uma forma cooperativa com os países vizinhos, com o objetivo explícito de evitar temores antigos e o despertar de rancores adormecidos, respeitando um dos temas básicos do Pacto Amazônico, que é a soberania de cada um dos países amazônicos (DINIZ, 1994, p.52).

Assim

[...] as palavras Amazônia e pan-amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica. Na realidade isto não acontece. Esta imensa região natural, portadora de ecologia uniforme, abrangendo o território de seis países tributários, é enfocada por seus condôminos sob uma visão particularizada. Assim é que quando o brasileiro ou o venezuelano, colombiano, peruano, equatoriano ou boliviano refere-se à Amazônia está falando na sua Amazônia nacional (MATTOS, 1980, p. 122).

Portanto, as concepções destes autores foram implementadas, especialmente no período entre 1964-1985, quando os militares estiveram no poder. Por outro lado, percebemos uma gradação de importância da Bacia Amazônica, desde Mário Travassos, que escreveu nos anos 1930, até Meira Mattos, inserido mais profundamente no ideário de “Brasil Potência”, nos anos 1970. Enquanto em Travassos, a Amazônia representava um trunfo na disputa contra a Argentina em torno da supremacia na América do Sul, na

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

obra de Meira Mattos, temos um pensamento mais refinado sobre a inserção brasileira nesta área. Desta maneira

Em seguida, ela é vista como devendo não apenas ser defendida, mas ocupada por brasileiros, para que enfim fosse dinamizada economicamente, depois das iniciativas desencadeadas pelo governo federal, no período militar, visando a criar condições efetivas para aquela ocupação. Essa é a principal conclusão a se tirar do exame do pensamento geopolítico brasileiro (DINIZ, 1994, p.57).

A materialização do pensamento dos autores geopolíticos vinculados as Forças Armadas se traduziu de diferentes formas, desde uma projeção externa mais agressiva na América do Sul, até a expansão da fronteira agrícola para as regiões Centro-Oeste e Norte do País. A seguinte citação nos mostra que

[...] o Brasil vinha em projeção. Buscava seu crescimento utilizando a poupança externa, inserindo o país no capitalismo mundial, fortalecendo o setor industrial associando-o às grandes empresas estrangeiras, criando condições para a expansão das fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e na Amazônia (JUSTO, 2015, p. 194).

Esta projeção brasileira, em direção ao Norte e Centro-Oeste deu-se sob o signo do planejamento e centralização, próprios de um Estado autoritário, como aquele vigorou no Brasil por 21 anos. A modernização conservadora, iniciada no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ganha impulso decisivo durante o Regime Militar. Assim

O regime de 1964 não trouxe, para o Brasil, uma ruptura radical do processo de modernização e centralização do Estado. Ao contrário, essa tendência foi sobremaneira reforçada com a concentração de poder pelo Estado por via autoritária (JUSTO, 2015, p.336).

A obsessão dos militares em “inundar de civilização a hileia amazônica”, traduziu-se no lema “Integrar para não entregar”, levado adiante pelos sucessivos governos oriundos do golpe de Estado que depôs João Goulart em março de 1964. Castello Branco, primeiro dos generais presidentes do Brasil, que governou o Brasil entre os anos de 1964 a 1967, formou a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), além da Superintendência de Desenvolvimento do Norte (SUDAM). Assim

A criação da Zona Franca de Manaus representou, assim como a anterior transferência da Capital para Brasília, um artifício geopolítico visando a acelerar o processo de interiorização do território, a responder aos apelos da política de continentalidade (MATTOS, 1980, p.98).

***O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS
TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA***

Posteriormente, podemos citar o Plano de Integração Nacional (PIN), formulado no governo Médici (1969-1974) que preconizava a preferência pelo transporte rodoviário e previa a construção da rodovia Transamazônica, cortando a selva no sentido Leste-Oeste, além da Cuiabá-Santarém. Esta estratégia, corrobora a tese defendida por Golbery do Couto e Silva em citação anterior neste texto, já que ambas as rodovias seguiam o eixo Leste-Oeste do grande rio. Outro projeto rodoviário que atendia a interesses geopolíticos preconizados por tais autores, era a Perimetral Norte (BR-210), pois para o General citado mais acima neste parágrafo, permitiria um tamponamento eficaz das fronteiras (SILVA, 1967). Ressaltamos também, que tais iniciativas se enquadram no lema proposto pelos militares, enquanto tiveram no poder, qual seja, “Integrar, para não entregar”. Assim

A utilização de princípios geopolíticos, somados ao planejamento regional e ao desenvolvimento extensivo do capitalismo foram as bases para as grandes transformações ocorridas na Amazônia, depois do golpe militar de 1964 (FRANKLIN, 2014, p.335).

As estradas e rodovias no Brasil, formam o tecido nervoso do Estado, e no Brasil tradicionalmente elas saem do litoral, e adentram o interior. Posteriormente, houve a ideia de fazer rodovias que cortassem todo território nacional, inclusive as áreas fronteiriças, consideradas pela Constituição, Zonas de Segurança Nacional. O objetivo de integração territorial é nítido, garantindo a soberania e segurança, estabelecendo o fortalecimento do poder estatal, e promovendo o escoamento das riquezas. Isto posto, “a política de rodovias na faixa de fronteiras estava intimamente associada à finalidade das fronteiras setentrionais” (OLIVEIRA NETO, 2015, p. 126). Com relação a Perimetral Norte destaca-se que

Um dos objetivos desse projeto era conectar as porções meridional e setentrional do território brasileiro e constituir uma integração nacional e internacional. A política rodoviária na Amazônia se constituiu numa forma de possibilitar acesso a uma porção do território desconectada, situada na porção territorial marginalizada possuidora de uma vasta fronteira sem acesso terrestre (OLIVEIRA NETO, 2015, p.128).

Continuando nesta linha de raciocínio

A preocupação com a integração do norte do país e a articulação do território, na ótica de Golbery, passa a ser feita pelas rodovias e vicinais abertas numa vasta área considerada um grande vazio demográfico por deter menos de um habitante por quilometro, sendo uma realidade bem diferente da região do

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

nordeste, e ainda a projeção de articulação na Amazônia garante a inviolabilidade da vasta extensão de terra que passa a ser colonizada devido à acessibilidade e os incentivos realizados no primeiro quadriênio da década de 70 (OLIVEIRA NETO, 2013, p.289).

Neste sentido, convém relacionar, que os projetos de integração na Amazônia, que possuíam o objetivo incentivar a colonização de vasta área no território brasileiro, proporcionaram na verdade, um incremento nos conflitos e tensões, entre os diferentes atores que compõem um cenário conturbado, como garimpeiros, madeireiros, posseiros, índios, comunidades tradicionais além de grandes fazendeiros, o que torna o cenário explosivo. Desta forma

A preocupação com a integração do norte do país e a articulação do território, na ótica de Golbery, passa a ser feita pelas rodovias e vicinais abertas numa vasta área considerada um grande vazio demográfico por deter menos de um habitante por quilometro, sendo uma realidade bem diferente da região do nordeste, e ainda a projeção de articulação na Amazônia garante a inviolabilidade da vasta extensão de terra que passa a ser colonizada devido à acessibilidade e os incentivos realizados no primeiro quadriênio da década de 70 (OLIVEIRA NETO, 2013, p. 289).

Nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, nos anos 1970, encontram-se uma série de medidas destinadas a uma colonização efetiva da Floresta Amazônica. Tal como visto, estas medidas de claro caráter conservador, e que tinham no planejamento algo essencial, sacramentaram o aumento da participação das empresas estrangeiras no esforço nacional de conquista de mercados. Na próxima seção do artigo, nos deteremos mais ao Projeto Calha Norte, e sua relação com as populações tradicionais que habitam a Amazônia.

O Projeto Calha Norte (PCN) e os povos tradicionais na Amazônia

Posteriormente, ao final do Regime Militar em 1985, se estabelece um novo plano para a Amazônia, o Projeto Calha Norte, elaborado pelos militares, mas implantando no governo civil de José Sarney (1985 – 1990). O imperativo de tal programa era, “preencher o “vazio demográfico” da fronteira norte amazônica, na sua divisa com a Venezuela, as Guianas e o Peru, o que totalizava 6.500 km de extensão. A área do projeto abrangia aproximadamente 1.219.100 km², envolvia 70 municípios, significava 14% do território nacional e 24% da Amazônia Brasileira” (ANDERSEN, 2008, p.6). Atualmente,

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

houve uma extensão significativa da área abarcada pelo PCN, com a inclusão das fronteiras da Amazônia Ocidental, e dos Estados do Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

A partir do exposto, verificamos que mesmo após o fim do Regime Militar, a questão da Amazônia, enquanto uma área desprovida de homens, permaneceu como ideário, o que reforça as teses postas por Golbery, e seus colegas de farda, como por exemplo Meira Mattos. Tais projetos desconsideram os habitantes que lá vivem, e que podem trazer um modelo de desenvolvimento antagônico ao dos grupos hegemônicos, que sempre empreenderam sua visão acerca da ocupação amazônica. Desde o período colonial, a Amazônia é vista a partir de uma visão de agentes externos, que tentam impor uma visão conservadora e hegemônica sobre esta região. Desta forma

Assim, a integração da Amazônia ao território do Brasil se dá sob um signo conservador e com a permanência no poder dos antigos colonizadores, cujo poder na região se tornaria ainda maior, haja vista serem, à época, extremamente débeis as vinculações da Amazônia com o Rio de Janeiro, então capital do novo Estado Nacional que recém-nascia. (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.26)

Não resta dúvida, portanto, que o Projeto Calha Norte representa um resquício das concepções geopolíticas executadas pelas Forças Armadas. Ao executar um projeto em uma extensa área fronteiriça do território brasileiro, verificamos que o conceito de “fronteira viva” foi utilizado com um caráter defensivo na Amazônia, confirmando a premissa dos militares, “Integrar, para não entregar”. Assim

Por outro lado, planejado para ser um projeto militarizado retratava, em parte, o momento de crise de identidade que os militares atravessavam com o advento da redemocratização, ou seja, um projeto nacionalista que envolvia componentes sensíveis como fronteira servia de atração para aglutinar as opiniões nos quartéis e, ao mesmo tempo, dava um novo significado para suas ações. Para tanto, processou-se a mudança estratégica da região platina para a amazônica. (FRANKLIN, 2014, p.341).

Tal conceito teve grande repercussão nos projetos empreendidos durante o Regime Militar. Logo esta definição teve, em Everardo Backheuser o primeiro formulador. Eis sua definição sobre este conceito

[...] a fronteira viva é em essência, uma região de fricção, da qual mais dia menos dia, surgem ou agravam os conflitos internacionais, políticos, ou de

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

ordem fiscal e administrativa, ensejando demonstrações de força militar (BACKHEUSER, 1952, p.157).

Estes grandes empreendimentos que tinham como princípio o lema que norteou o Regime Militar, ou seja, “Integrar para não entregar”, longe de produzirem uma maior igualdade na Amazônia, protagonizaram grandes transtornos para as populações que nela habitam e dependem dos recursos proporcionados pela floresta. A partir de um projeto imposto para a região, houve uma série de arbitrariedades, que sem dúvida, remontam para uma situação de injustiça ambiental para as comunidades tradicionais que vivem nesta região.

Assim, pretendemos demonstrar como os grandes projetos realizados na Amazônia, decorrentes de uma visão geopolítica dentro da caserna, provocou situações de injustiça ambiental para as comunidades tradicionais que vivem na floresta. De acordo com Oliveira (1988), a política de ocupação da Amazônia produziu o latifúndio, conflitos que em última instância, atendeu aos interesses estrangeiros, algo que perdura até hoje.

De acordo com Oliveira (1988), o objetivo da construção da Transamazônica, no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN), empreendido em 1970, era facilitar a aquisição de terras por parte de estrangeiros. Logo

A rodovia ampliaria a fronteira agrícola, permitiria a ocupação da Amazônia e a exploração de madeira e minerais, bem como o encaminhamento de uma frente de colonização principalmente para nordestinos (que se tornariam minifundiários ao longo da estrada), invertendo o fluxo migratório para o norte). Este projeto jamais foi concluído, e a terra desmatada pelos colonos acabou sendo entregue à megaempresas de criação de gado, mineração e madeiras, que criaram latifúndios gigantescos com subvenção estatal (VIZENTINI, 1998, p. 134).

O Movimento por Justiça Ambiental ganhou projeção no Brasil, justamente na Amazônia, devido a uma série de atividades realizadas que causam um grande impacto ambiental, como a mineração, a construção de hidrelétricas a construção de rodovias, além da expansão da frente agrícola, todas elas, incentivadas pelos militares, no período em que estiveram no poder, dentro da lógica, “Integrar para não entregar”. A partir disto, convém delimitar o que significa a Justiça Ambiental, como veremos na seguinte citação

O Movimento de Justiça Ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Já a partir do final dos anos 60, redefiniu-se em termos

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

“ambientais” um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e disposição indevida de lixo tóxico e perigoso (ACSELRAD, 2004, p. 26).

No caso brasileiro, os movimentos que lutam por Justiça Ambiental, tem como objetivo lutar por uma outra forma de desenvolvimento que respeite a floresta, assim presenciamos um choque de interesses com os atores hegemônicos, que veem nos recursos da Amazônia uma fonte única e exclusiva para exploração. Assim, “parte da população da Amazônia é conhecedora das consequências destas atividades e, portanto, tem atuado para desarticular a rede de interesses e poder que supervaloriza o capital econômico, na mesma medida em que deixa evidente o descaso ambiental (ANDRADE, 2018, p.3).

Os projetos de mineração, representam outro lado perverso dos projetos de desenvolvimento da Amazônia, a medida em que eles intensificaram os conflitos existentes e provocaram uma série de impactos ambientais para a biodiversidade da floresta. Tudo isso para exportação de minérios, em que cada vez há a necessidade de exportação de quantias maiores deles, para garantir uma mesma soma em dinheiro, e manter os lucros dos acionistas das empresas. Logo, observamos uma série de falácias que argumentam que os grupos estrangeiros que exploram os recursos naturais amazônicos seriam mais racionais no cuidado dos rios e das florestas. Desta forma

O que quase sempre está escondido por esse debate que privilegia a dimensão ecológica, e não a ambiental, é o conflito de diferentes grupos sociais pelo acesso aos recursos naturais onde, por exemplo, grupos empresariais procuram se apresentar como mais competentes tecnicamente para explorar os minérios sem contaminar os rios do que os garimpeiros (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.49).

O que se depreende dessa questão é a impossibilidade de um capitalismo sustentável, devido a diferença no ritmo de reprodução da natureza e do ritmo de reprodução do capital. Determinado autor nos diz que

El capitalismo tiende a la autodestrucción y a la crisis; la economía mundial crea una mayor cantidad de hambrientos, de pobres y de miserables; no se puede esperar que las masas de campesinos y trabajadores soporten la crisis indefinidamente y, como quiera que se defina la “sostenibilidad”, la naturaleza está bajo ataque en todas partes (O’CONNOR, 2000, p.11).

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

Os indígenas também sofreram e continuam sofrendo bastante, com os projetos decorrentes do lema utilizado pelos militares, “Integrar para não entregar”. Assim vale a pena expor o seguinte comentário a respeito da questão indígena durante o Regime Militar

Com o regime ditatorial instaurado no Brasil, a partir do golpe civil-militar de 1964 e nos anos posteriores, as populações indígenas seguem sofrendo violações de seus direitos e o Estado, através de suas políticas, agiu de maneira omissa com relação a estes crimes. Os indígenas, que em determinados momentos e situações foram considerados símbolos de uma identidade nacional e também empregados na defesa do território, passam a serem vistos e compreendidos como um risco à segurança nacional sob a alegação de poderem ser influenciados por interesses estrangeiros ou simplesmente por seus territórios conterem riquezas minerais, estarem situados nas fronteiras ou se encontrarem no caminho de algum projeto de desenvolvimento. No ideário de um plano de desenvolvimento e integração, os direitos dos povos indígenas são atropelados em detrimento de interesses privados (PRADO, 2017, p.2).

O Projeto Calha Norte, representou uma continuação desta visão militarista a respeito da questão indígena. Guardando resquícios da Doutrina de Segurança Nacional, nele há um claro temor do setor militar com a criação de Terras Indígenas em áreas de fronteira, particularmente os ianomâmi, no estado de Roraima, portanto as maiores críticas decorrentes desta iniciativa referem-se a continuação de uma política de desenvolvimento que causa danos ambientais, e por consequência a manutenção de uma relação problemática com a população indígena. Logo

Uma vez comprovada a fragilidade dos solos localizados na faixa de fronteira, ou seja, a sua indisponibilidade para projetos agrícolas restaria a mineração como opção para a integração econômica dessa região ao restante do país. Assim, os garimpeiros cumpririam dois papéis: viabilizar para as empresas de mineração as áreas onde afloram os minérios e contaminar com enfermidades (como a malária) e desestruturar culturalmente as populações indígenas (FRANKLIN, 2014, p. 343).

Esta visão permanece até os dias de hoje como visto na fala do General Augusto Heleno, na época em que era o Comandante Militar da Amazônia, a respeito da criação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009. Portanto

As recentes declarações do comandante militar na Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro, contra a criação da Reserva Raposa do Sol não é de se surpreender. Criticando a política nacional indígena no tocante à demarcação de reservas, o general argumenta que na Amazônia Oriental encontram-se os pontos frágeis do sistema brasileiro de defesa. A criação da Reserva impediria a entrada do exército brasileiro nessa área crítica. Simultaneamente, o general

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

aponta as deficiências do exército na região em termos de contingente, equipamentos e materiais (ANDERSEN, 2009, p.10).

Logo, não poderemos esquecer de comentar que esta noção de fronteira, associa-se ao lema “Integrar para não Entregar”. Por consequência, a ideia da Amazônia, enquanto um “vazio demográfico” e área de cobiça internacional, possibilitou uma série de arbitrariedades contra as comunidades tradicionais que habitam esta área. Índios, quilombolas, comunidades ribeirinhas, dentre outros, continuam sofrendo com um modelo de desenvolvimento que degrada a riqueza originária desta grande parcela do território brasileiro. Portanto, consideremos a indicação de Martínez-Alier (2009), de que a exportação dos minérios, dos países pobres para os ricos, não levam em consideração as compensações decorrentes das externalidades locais ou globais.

Por conseguinte, não podemos nos esquecer do modelo de desenvolvimento hegemônico, em um período de crise do capitalismo sob a égide neoliberal que produz caos e desalento, nas distintas esferas de nossa sociedade e a questão ambiental, não fica imune, diante de um consumismo exacerbado. Diante desta questão, repensar a questão amazônica torna-se aspecto imprescindível, se quisermos uma alternativa diante da falência deste modelo. Isto posto, temos que compreender as limitações impostas pela base natural à reprodução capitalista, e refletirmos sobre o modo de vida das populações que vivem nos países desenvolvidos, que em último caso são as responsáveis pelo aumento da degradação ambiental (RIBEIRO, 2001). Na próxima seção, nos deteremos sobre o quadro atual da Amazônia

A Amazônia na atualidade e permanência do pensamento geopolítico realizado na caserna

No último ano (2019), as notícias envolvendo a Amazônia causaram sérios embaraços para o Brasil e o Presidente da República, trazendo questões sérias para a discussão, como por exemplo, a questão da soberania sobre tão vasta área da América do Sul. Abordaremos tal momento, porque o atual mandatário deste país, tem nas Forças Armadas uma das suas bases de sustentação. Assim, o afrouxamento na política ambiental do atual governo, resultou em aumento daquelas ações, defendidas e patrocinadas por setores do agronegócio, que majoritariamente apoia o atual presidente. Assuntos que sempre estiveram presentes, continuam em discussão, principalmente após a interferência

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

das potências estrangeiras na questão, notadamente do presidente francês Emanuel Macron, como por exemplo, a internacionalização da Amazônia e a cobiça das grandes nações industrializadas, que causam temores em setores das Forças Armadas brasileiras, além das políticas para as populações tradicionais que lá habitam e são alvos de constantes desentendimentos com o presidente.

As ações foram tão imprudentes, para dizer o mínimo, que há de se refletir se não seria necessária uma intervenção internacional para salvar a Amazônia, apesar desta questão representar um imbróglio a medida em que pensamos a necessidade de um desenvolvimento nacionalista e autônomo desta grande porção do território brasileiro, que leve em consideração os saberes dos povos autóctones. Logo, não podemos nos esquecer que a Amazônia, apesar das várias tentativas de integração, executadas ao longo, dos últimos, no mínimo 50 anos, principalmente pelos governos militares, o qual teve em Golbery um dos grandes entusiastas, como veremos mais adiante neste exame, ainda permanece com uma visão colonizada. Portanto

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremante complexa e diversificada. Contrasta com a visão externa à região, homogeneizadora, que a vê como Natureza, como Floresta, como Atrasada, como Reserva de Recursos, como o Futuro do Brasil, com o presente vivido, em seus diferentes contextos socioculturais específicos por populações que forjaram seu patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.9).

A partir disto, é mais do que necessário retomarmos o pensamento geopolítico efetuado na caserna, e dentro dele as considerações a respeito do que Golbery pensava a respeito desta área do território brasileiro, e de que forma ele impactou e continua impactando as comunidades que habitam a Amazônia, a exemplo da militarização da questão indígena. Verificamos que a ideia contida no seio militar a respeito de um determinado modelo de desenvolvimento permanece, desde os escritos deste General, até a atualidade.

Logo, pretende-se demonstrar como um pensamento geopolítico produzido na caserna, influenciou decisões governamentais durante a Ditadura Militar, que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, no que tange a Amazônia e possibilitou uma série de injustiças ambientais contra as populações tradicionais, decorrentes de uma série de projetos, desde grandes usinas hidrelétricas, projetos de mineração, construções de rodovias e etc. que

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

remontam ao lema dos militares, enquanto estiveram no poder, qual seja, “Integrar para não Entregar”.

Ressaltamos que esta ideia de Amazônia, como uma área desabitada, permaneceu recorrente nos governos posteriores ao fim do Regime Militar, vide as construções de hidrelétricas, como a de Belo Monte durante os governos petistas (2003-2016), por exemplo. Todos estes projetos favorecem setores pequenos da sociedade, em detrimento da maioria, e causam uma série de problemas para a floresta, como seu desmatamento, perda de biodiversidade, impactos no clima, dentre outros. Outro aspecto a ser ressaltado e que corrobora o pensamento deste presente resumo é o “Projeto Barão do Rio Branco”, idealizado pelo atual governo, que no fundo rememora todo o pensamento desenvolvido pelos geopolíticos já citados e que se transformaram em projetos empreendidos pelos Generais presidentes, enquanto estiveram no poder entre 1964 e 1985. Nele presenciamos uma paranoia contra os chineses, além de índios e ambientalistas. Logo

O governo de Jair Bolsonaro está discutindo, desde fevereiro, o maior plano de ocupação e desenvolvimento da Amazônia desde a ditadura militar. Gestado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, com coordenação de um coronel reformado, o projeto Barão de Rio Branco retoma o antigo sonho militar de povoar a Amazônia, com o pretexto de desenvolver a região e proteger a fronteira norte do país (DIAS, 2019, s.n.).

De acordo com matéria publicada no site Intercept, no mês de setembro de 2019, tal projeto abrange determinadas obras, como o prolongamento da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), até a fronteira entre o Brasil e Suriname, além da construção de uma Hidrelétrica em Oriximiná e uma ponte sobre o Rio Amazonas na cidade de Óbidos. Assim

O objetivo é integrar a Calha Norte do Pará, na fronteira, ao centro produtivo do estado e do país. A região, extremamente pobre e com baixa densidade demográfica, está cortada por rios e é de difícil acesso. Também é a mais preservada do Pará, estado campeão em desmatamento (DIAS, 2019, s.n.).

Não obstante, o real objetivo do projeto é interligar o Projeto Calha Norte, anteriormente citado, com o restante do território nacional, como dito no seguinte documento da Secretaria de Assuntos Estratégicos, formuladora, do Projeto Barão do Rio Branco, assim ele nos diz que “a integração e o desenvolvimento da Calha Norte do rio

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

Amazonas são imprescindíveis não apenas para a economia local, como também para a nacional” (SEAE, 2019). Outro ponto importante no referido documento argumenta que as obras contidas neste Projeto, além de promoverem o desenvolvimento econômico e populacional, retiraria o Amapá do isolamento, ao integrar a rodovia Perimetral Norte (BR-210), a Cuiabá-Santarém (BR-163) (SEAE, 2019).

No referido projeto há um temor com relação a uma hipotética ocupação chinesa no Suriname, além de elencar os indígenas e quilombolas como um entrave para o desenvolvimento da região. Abaixo, vemos que

Na visão da gestão Bolsonaro, a população tradicional — indígenas e quilombolas — é um empecilho à presença do estado no local. Segundo o projeto, a “situação econômica do Brasil” e os paradigmas do “indigenismo”, do “quilombolismo” e do “ambientalismo” eram entraves do passado. O “novo paradigma”, com o governo Bolsonaro, com o “liberalismo” e o “conservadorismo”, traz “nova esperança para a Pátria”. “Brasil acima de tudo”, diz o slide, repetindo o slogan de campanha do ex-deputado (DIAS, 2019, s.n.).

O custo ambiental deste projeto seria elevadíssimo, pois ele afetaria 27 Terras Indígenas, além de outros efeitos, muito conhecidos de todos, como desmatamento e contaminação do solo. O Projeto Barão do Rio Branco reforça, todo o arcabouço teórico propagado desde os anos 1930, e que tem em Golbery do Couto e Silva, um dos principais expoentes, portanto a preocupação das Forças Armadas, com a defesa da Amazônia, bem como com as fronteiras setentrionais, é bem antigo como demonstrou este resumo. O que todos estes projetos possuem em comum, é o desrespeito para com o conhecimento das comunidades tradicionais. Assim, presenciamos uma linha de continuidade na forma como os militares pensam o desenvolvimento da Amazônia, como demonstra o mais novo, ou velho, Projeto, apresentado em 2019, em que as diversas comunidades que lá habitam são desconsideradas.

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA

Figura 2 – Mapa Projeto Barão do Rio Branco



Fonte: <https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/>

Considerações Finais

O presente artigo demonstrou como o pensamento geopolítico brasileiro realizado dentro do meio militar representou um arcabouço de ideias, que afinal se tornaram alicerce para sucessivos projetos, traduzidos em políticas territoriais, que foram utilizados, especialmente na Amazônia, durante o Regime Militar, que perdurou por 21 anos. A partir da obra de Golbery do Couto e Silva, mas elencando outros nomes importantes desta “escola”, Carlos de Meira Mattos e Mário Travassos, observamos como tal área esteve presente, em suas preocupações e indagações.

A necessidade de “inundar de civilização a hileia amazônica”, nas palavras do próprio Golbery do Couto e Silva, ou seja a Amazônia representaria um obstáculo para o desenvolvimento, traduziu-se na consecução de diversos empreendimentos, dos quais

**O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS
TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA**

destacamos a construção de hidrelétricas, rodovias, grandes projetos de mineração, além do Projeto Calha Norte, no ocaso do Regime, em 1985, entretanto tal visão permanece, vide os Projetos postos atualmente, como por exemplo, o Barão do Rio Branco, que de certa forma mantém uma visão típica dos autores considerados, e das ações formuladas pelos cinco generais-presidentes.

A relação tensa entre os militares e os povos tradicionais nesta extensa área do território brasileiro se deu conforme estes projetos avançaram, mudando a dinâmica da Amazônia. A militarização da questão indígena, constitui exemplo mais claro disso, pois de acordo com o pensamento refletido em parte das Forças Armadas, representaria um óbice para o seu desenvolvimento. Por fim, houve, e ainda continua ocorrendo, uma série de arbitrariedades contra as populações tradicionais que lá habitam, o que torna a questão amazônica de extrema complexidade, com a ação de diversos atores que comportam projetos distintos de desenvolvimento para a Amazônia.

Referências bibliográficas

ACSRELRAD, H. Meio ambiente e justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva. In: _____; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p. 23-39.

ANDERSEN, S. A Fronteira na Concepção da Geopolítica Brasileira: Entendendo a Origem dos Conflitos. In: 7º Colóquio de Transformações Territoriais da AUGM, 2008, Curitiba. *Anais do 7º Colóquio de Transformações Territoriais da AUGM*. Curitiba: UFPR, 2008.

ANDRADE, F. M. R. A Amazônia além das florestas, dos rios e das escolas: representações sociais e problemas ambientais. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018, vol. 21, núm.1, p.1-20.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2005, vol. 19, núm. 53, p.71-86.

DIAS, Tatiana. *Movido a paranoia: Documentos e áudios inéditos mostram plano de Bolsonaro para povoar Amazônia contra chineses, ONGs e Igreja Católica*. Disponível em < <https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

FRANKLIN, K. B. Geopolítica dos governos militares para a Amazônia brasileira. *Revista Olhares Amazônicos*. Boa vista: Universidade Federal de Roraima, janeiro-julho 2014, vol. 2, núm.1, p.332-347.

**O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS
TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA**

JUSTO, Mário Augusto Cardoso. *Os legados e as heranças do regime militar de 1964 ao espaço geográfico-territorial brasileiro*. 2015. 436 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo, 2015.

MATTOS, Carlos Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *El ecologismo de los pobres*. Barcelona: Editorial Icaria, 2009.

MEDEIROS, R.A.M. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. *Universitas Humanas*. Brasília: Uniceub, 2015, vol. 12, núm. 1-2, p.41-58.

O'CONNOR, J. *¿Es posible el capitalismo sostenible? Papeles de Población*. Toluca, abril – junho, 2000, vol.6 núm.24, p.9-35.

OLIVEIRA, A. O. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA NETO, T. Rodovia Transamazônica: A falência de um grande projeto geopolítico. *Revista Geonorte*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, janeiro-junho 2013, vol. 4, núm. 12, p.282-298.

OLIVEIRA NETO, T. A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-210 ou grande perimetral Norte. *Revista de Geopolítica*. Natal: UFRN, janeiro-junho 2015, vol. 6, núm. 1, p.123-142.

PRADO, F. S. O processo de militarização da questão indígena na ditadura civil-militar brasileira. In: Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura - SEMLACult, 2017, Foz do Iguaçu. *Anais do I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura - SEMLACult [livro eletrônico]*. Foz do Iguaçu: Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. *Calha Norte: integrar e desenvolver com responsabilidade socioambiental*. Brasília, 2019.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

***O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DE GOLBERY DO COUTO E SILVA E OS POVOS
TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO TENSA***

VIEIRA, Friedrich Brun. *Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos*. 2005. 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

Recebido: 08 de outubro de 2020

Aceito: 05 de janeiro de 2020

Publicado: 05 de fevereiro de 2021